

J O R N A L

# ADunicamp

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP - CAMPINAS, SÃO PAULO - ANO XVI - DEZEMBRO/1998

## **SOBREVIVÊNCIA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA DEPENDE DE MOBILIZAÇÃO**

PÁGINA 2

### **ARTIGOS:**

**CESAR NUNES**  
PÁGINAS 3 E 4

**DERMEVAL  
SAVIANI**  
PÁGINA 4

**ROBERTO  
ROMANO**  
PÁGINA 5

**MÁRIO GNERI**  
PÁGINAS 10 E 11

**BOAVENTURA DE  
SOUSA SANTOS**  
PÁGINA 12

“CRISE  
ORÇAMENTÁRIA É O  
PROBLEMA MAIS  
URGENTE DA  
UNICAMP”, DIZ  
REITOR

PÁGINAS 6 E 7

FUNDO DE  
PREVIDÊNCIA PARA  
UNIVERSIDADES É  
PRIORIDADE EM 99

PÁGINAS 8 E 9

Carlos Fernandes

# SEM MOBILIZAÇÃO

## NÃO HÁ SOLUÇÃO

**E**stamos chegando ao final de mais um ano marcado por importantes embates no campo da universidade pública brasileira. No âmbito da política econômica assumida pelo governo, de cunho essencialmente neoliberal, as instituições públicas de ensino superior e pesquisa, consideradas dispendiosas por agentes governamentais - em geral respaldados por amplos setores da mídia -, foram eleitas como alvos da política de cortes orçamentários sob o pretexto de se resolver o desequilíbrio das contas públicas. Paralelamente a isso, a atual política educacional, apoiada pela nova LDB, ameaça produzir um grave retrocesso no sistema universitário brasileiro especialmente no que se refere ao fim da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, instituído pela referida lei. Ela garante o credenciamento e a concessão de autonomia didática para instituições voltadas apenas para o ensino e que não produzem pesquisa; os chamados "centros universitários". Tal medida terá como desdobramentos a preservação de alguns "centros de excelência", voltados para a pesquisa, recebendo maior parte dos recursos públicos, e a proliferação do que o prof. Saviani definiu como "universidades de segunda classe", tanto públicas como privadas. Isso acentuará ainda mais a elitização do ensino superior de boa qualidade e, ao mesmo tempo, favorecerá à expansão das instituições privadas "garantindo a democratização" do acesso ao terceiro grau sem onerar os cofres públicos, ou seja, aprofundando o processo de privatização do setor.

A produção científica em algumas universidades públicas também sofreu, neste ano, um abalo razoável em função da avaliação da Capes. Realizada a partir de novos critérios não muito claros e que provocaram na

comunidade científica a desconfiança de que essa renomada agência estava, segundo o prof. Roberto Romano, "presa aos ditames do MEC e dos gabinetes econômicos", a avaliação atribuiu conceitos a diversos cursos de pós-graduação, em alguns casos desfavoráveis a instituições públicas cuja produção é reconhecidamente importante. Se posteriormente algumas dessas distorções foram corrigidas, o fato é que a divulgação dos resultados pela imprensa contribuiu para arranhar a respeitabilidade de programas de pós-graduação de algumas universidades públicas.

Em São Paulo, a queda da arrecadação do ICMS no segundo semestre deste ano, resultante da política econômica recessiva adotada pelo governo, indica que a situação orçamentária das universidades estaduais paulistas deverá complicar-se ainda mais nos próximos meses. Na Unicamp, a folha de pagamento consumiu mais de 95% do orçamento em 98 e, segundo a Reitoria, a universidade deverá fechar o ano com um déficit superior a 20 milhões de reais.

Essas circunstâncias extremamente desfavoráveis à Universidade Pública Brasileira, que ameaçam destruir um dos patrimônios mais importantes do país, tanto do ponto de vista cultural como estratégico, ocorrem em meio a uma crise social sem precedentes. O modelo econômico recessivo e excludente lança milhões de seres humanos no desemprego, no trabalho informal, na miséria, criando uma situação, como bem define o prof. Boaventura Santos, de "erosão do contrato social", com conseqüências nefastas para a sociedade como um todo.

Porém, é importante lembrar que, num contexto

marcado por um clima de descrença e inércia presente em grande parte dos segmentos sociais organizados do país, a resposta mais contundente à política econômica do governo veio da universidade pública. No primeiro semestre deste ano, docentes e funcionários técnico-administrativos das universidades federais, após quatro anos sem reajuste salarial, realizaram uma das mais longas e organizadas greves dos últimos anos no Brasil. Mantendo o movimento por mais de 100 dias, esses segmentos conseguiram recuperar o significado da greve como instrumento legítimo e eficaz de embaite político e reivindicativo das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, criaram condições para que parte

**"...NOSSA SOBREVIVÊNCIA  
DEPENDERÁ  
FUNDAMENTALMENTE DA  
NOSSA CAPACIDADE DE  
MOBILIZAÇÃO E DE LUTA."**

da opinião pública voltasse sua atenção para a situação de penúria em que se encontram as instituições federais de ensino superior. Se o saldo obtido pelo movimento em termos materiais foi pequeno, uma vez que foi conquistando não reajuste salarial mas uma "gratificação" não ex-

tensiva aos aposentados, o exemplo deixado pelos colegas é fundamental especialmente para este momento em que se vislumbra um cenário ainda mais desfavorável para o próximo ano. Nesse quadro, nossa sobrevivência dependerá fundamentalmente da nossa capacidade de mobilização e de luta. Aliás, é bom lembrar que até mesmo o sociólogo Alain Touraine, amigo pessoal de Fernando Henrique Cardoso e defensor declarado do seu governo, afirma em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo do dia 6/12 p.p. que na atual conjuntura é necessária a "pressão social exercida pelos excluídos e marginalizados (...) para libertar o Estado da dominação exercida sobre ele pelas forças financeiras, sejam nacionais ou internacionais".

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - ADUNICAMP

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Caixa Postal 6158 - Campinas/SP - CEP 13081-970 - Fone/fax (019) 289-1148 / 289-5229 - Home page: <http://www.adunicamp.org.br> - e-mail: [adunica@uol.com.br](mailto:adunica@uol.com.br)

Gestão "Refazer a Adunicamp" (1998-1999): José Roberto Zan, presidente; Adolpho Hengeltraub, 1º vice-presidente; Tânia Maria Alkmin, 2º vice-presidente; Valério José Arantes, 1º secretário; Maria Ângela Fagnani, 2º secretário; Alba Regina Monteiro S. Brito, 1º tesoureiro; Antônio Trigueiros, 2º tesoureiro; Nelson Rodrigues dos Santos, diretor administrativo; Clémence Marie Jouet-Pastre, diretor de imprensa; Maria Cristina de Castro Cunha, diretor cultural. JORNAL ADUNICAMP - Dezembro/1998 - Diretor de Imprensa: Clémence Marie Jouet-Pastre; Edição: Mário Rios (Mtb. 17.287); Diagramação: Roseli Coutinho dos Santos; Ilustrações: Carlos Fernandes; Projeto gráfico: Ricardo Orlando - Lettera Comunicação; Distribuição: Luís Henrique de Souza Junior e Roberto Munhoz. Tiragem: 5.000 exemplares. Distribuição gratuita. - O JORNAL ADUNICAMP é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

# A GREVE DE 98, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

**C**ertamente haveremos de investigar com muito maior acuidade histórica as lições e contradições da recente greve dos professores das universidades públicas, fato político de primeira grandeza, se considerarmos os últimos confrontos desta natureza no horizonte institucional do país nesta

"era da globalização". Mas, apesar da necessidade desta distância crítica para buscar compreender seus processos, causas e impactos, ainda hoje provocantes e eficazes, e levando em consideração os limites de uma potencial análise apressada, gostaria de socializar algumas reflexões sobre a forma com que, entre muitas outras avaliações certamente mais amplas, tenho buscado entender este privilegiado momento de embate político e sindical. Trata-se de um radical momento de configuração da mais genuína tradição de luta política e de pressão social pela Educação. A greve dos professores universitários foi talvez o mais forte movimento político de enfrentamento da política educacional em processo de implantação acelerada no Brasil, no transcorrer desta década. Esta tese inicial pode até extrapolar os limites da luta referente somente à política educacional e tornar-se um paradigma ainda maior, quando lembramos o tortuoso e malgrado espaço de luta que temos travado no Brasil neoliberal para a garantia das conquistas históricas de todos os trabalhadores. As corajosas greves dos petroleiros, metalúrgicos e bancários, que sacudiam a República e impulsionavam movimentos históricos de luta sindical e política nos anos 80 já inscrevem-se no ideário da história passada, em vista das gigantescas mudanças desencadeadas na organização material da produção e distribuição do trabalho na sociedade brasileira atual. A greve dos professores das universidades públicas neste ano de 1998 talvez seja a maior expressão do confronto entre as categorias de trabalhadores e o Estado, em sua atual composição de poder que reedita a modernização conservadora e excludente no Brasil do "Real".

Não é possível descurar do saldo da greve de 98, muito maior que a pauta de reivindicações que lhe motivava os bastidores e guiava sua orientação intencional e objetiva: o resgate da própria greve como instrumento de luta e a caracterização política do embate sindical. Há muito tempo estávamos imantados por uma espécie de inércia e descreditação dos instrumentos históricos de enfrentamento político por melhores condições de vida e salários. Parecia-nos que havia uma fatalidade derrotista a impingir uma sensação de "fim da história" que relutávamos em aceitar lucidamente mas que engulíamos de maneira tácita no horizonte dos últimos embates com as políticas ofici-

ais recentes do Estado neoliberal. O moimento dos professores universitários reeditou a crença na greve, resgatou a identidade do conflito político e reconstruiu as bases do tecido da esfera pública como espaço de reivindicação. Foi uma manifestação inequívoca de um novo tempo histórico marcado pela superação do discurso tecnoburocrata que busca convencer as amplas maiorias pela lógica do Estado mínimo e da "falta de recursos". Com uma das maiores cargas tributárias do planeta, cerca de 29% do PIB, o Estado brasileiro neoliberal tem recursos para a dívida externa e para a internacionalização da economia aos interesses da bancada globalizada, mas não deu conta ainda da Escola moderna, leiga, gratuita, universal, estatal e obrigatória para todos, conquista do Estado liberal novecentista, para ficar somente na contradição estrutural.

E este discurso e prática não traz nenhuma novidade. No Brasil, o Estado, em sua constante apropriação pelas competentes frações das históricas classes dominantes, das matrizes coloniais ao bloco de sustentação do capital volátil da especulação financeira perversa, tem acentuado a desigualdade, mantido o baixo nível de eficiência em suas funções estruturais e manipulado o sistema educacional como uma das mais eficazes formas de exclusão e seletividade. Não poderia ser diferente nesta empreitada de reorganização econômica, ideológica e política da estrutura social do país para a "nova ordem mundial".

A luta por um sistema educacional nacional radica-se na esteira da industrialização brasileira pós-30. A demanda por Educação no Brasil deu um salto quantitativo e grandioso dos anos 50 em diante. Desde a Revolução de 30, juntamente com as mudanças que marcaram a industrialização e a urbanização do país, a Educação brasileira tem passado por percalços administrativos, pedagógicos e políticos. De uma expansão quantitativa e economicamente compreen-

sível, passando pelas viabilidades ideológicas do populismo e do tecnicismo, aliando ineficiência, seletividade e discriminação social, a Escola brasileira ainda resente de uma pedagogia da exclusão social e fundamenta-se num espectro institucional autoritário e discriminatório. A demanda por educação e escola, realizada pelas camadas sociais dominadas, historicamente constituiu-se numa dura exigência e difícil conquista somente assegurada depois de intensos processos de pressão social. Os trabalhadores da Educação e os muitos grupos e associações de educadores também contam com uma histórica participação no Estado e na sociedade, na organização de uma tradição reivindicativa sobre a questão. A perda do

**"O MOVIMENTO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS REEDITOU A CRENÇA NA GREVE, RESGATOU A IDENTIDADE DO CONFLITO POLÍTICO E RECONSTRUIU AS BASES DO TECIDO DA ESFERA PÚBLICA COMO ESPAÇO DE REIVINDICAÇÃO."**

poder de negociação dos setores da educação nas instâncias burocráticas do Estado e a desarticulação dos movimentos sociais, constatados neste duros anos 90, tem relegado à Educação um papel secundário de intervenção política do Estado. O próprio ambiente ideológico de crítica à ação estatal tem produzido deserções analíticas e improvisações tecnicistas e mistificadoras. O saldo da crítica ao Estado serviu para apreciar as ineficiências, particularmente quando voltadas para o foco histórico da realidade brasileira, mas não gerou um padrão novo de participação social e política, não foi capaz de apontar perspectivas de real superação das injustas estruturas de marginalização, deixando um lastro de ceticismo e decepção, quando analisadas por seus efeitos excludentes e anti-democráticos.

Resolver o problema da base do sistema, a esfera política, é vital para garantir a democratização e emancipação das amplas maiorias excluídas. Soluções enganosas e ineficientes deixam saldos ainda mais desastrosos, como podemos vislumbrar na direção das soluções administrativas de otimização do sistema, levados à cabo em diferentes Estados e unidades federativas do

nosso país, pelos governos recentes, com sinais claros de mistificação e engodo. A equidade na distribuição da educação não é só um problema de quantidade de anos de estudo, como martelam as estatísticas e contabilidades sobre o ensino básico, mas também do caráter socialmente significativo dos conhecimentos aos quais se tem acesso no período escolar. Neste sentido, a equidade social se define pela possibilidade de garantir a toda a população o acesso a uma base mínima homogênea de conhecimentos, valores, habilidades, destrezas e bens culturais que tanto constituem a expressão social da população como o meio pelo qual é possível uma participação política ativa e eficiente. A greve dos professores insere-se numa das mais vigorosas lutas pela manutenção da universidade pública e da qualidade da educação em nosso país.

Tradicionalmente o Estado, pressionado pelos grupos sociais e pelas exigências do desenvolvimento econômico, assumiu a responsabilidade de garantir um nível básico de Educação aos diversos segmentos sociais. É claro que isto implica em redirecionamentos do sistema educacional e, prioritariamente, da universidade pública. Retomar a articulação entre o currículo escolar e o universo cultural, o currículo escolar e o mundo do trabalho são dinâmicas que exigem atuações administrativas e pedagógicas urgentes. Neste contexto, o papel do Estado seria, mais do que a imposição de um padrão ou modelo cultural determinado, dar garantia de uma produção social dos consensos básicos de uma sociedade, e o sistema educacional teria de cumprir um papel significativo na difusão de valores como a solidariedade, a criatividade, a participação e a eficiência. A responsabilidade do Estado pelos serviços educativos deve ser acentuada e não o contrário. Ainda é a educação a maior instância social de produção da isonomia e inculcação dos pressupostos sociais fundamentais. O papel do Estado central e de organismos locais de participação e negociação não pode ser confundido com a fragmentação e atomização da vida pública.

A crítica cabível ao Estado onipotente não pode levar ao extremo de nenhum Estado ou não-Estado. É preciso discernimento para compreender as silhuetas do Estado necessário e suficiente para as tarefas postas pela história para a emancipação política das amplas maiorias da sociedade brasileira.

# A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA NOVA LDB E DA ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL

DERMEVAL SAVIANI

A descentralização da administração educativa pode ser efetuada no quadro dos processos políticos, democráticos e participativos sem cair numa negação do Estado e de seu papel racional de produtor do ordenamento jurídico e social básico para a existência da cultura e produção humana. Introduzir no sistema educativo mecanismos que garantam a equidade e eficiência, a democracia e a inovação são desafios para o historiador que analisa a larga tradição de autoritarismo, exclusão, seletividade e improvisação populista que marcam a ação administrativa da Educação brasileira. Trata-se, portanto, de conceber uma nova forma de ação do Estado para fortalecer sua identidade. Fortalecer o Estado não significa ampliar sua intervenção nem seu tamanho. Fortalecer o Estado significa dotá-lo de uma hábil capacidade de planificação que permita enfrentar os problemas que ocorrem.

Nesta direção, a histórica greve dos professores das universidades públicas buscou superar a redução da luta política a uma entropia técnica e à uma racionalização burocrática da esfera pública, com a conseqüente negação da conflitividade e do embate. Ao contrário, reeditou uma dinâmica de politização da universidade e repolitização da greve, na direção da possibilidade histórica de retomar a história como sujeitos e reorientar a universidade para sua finalidade institucional e política de servir à sociedade. A extremada propositura da greve de fome foi a mais trágica expressão do enfrentamento político, ressonância do estado de abandono e desmantelamento dos projetos institucionais e existenciais das amplas maiorias de docentes e da universidade pública atual. Sobre esta página de luta pesa a antítese da afirmação de Marx sobre Phroudhon: "o charlatanismo na Ciência e a conciliação na política andam sempre de mãos dadas; e logram vicejar quando a consciência histórica da classe operária encontra-se prostrada." Como professor que busca a coerência entre a apropriação crítica do conhecimento e a atuação política coerente em busca da transformação social, tenho mantido inspiração nos embates desta heróica greve, de modo a representá-la interpretativamente como a casamata do resgate tático da esfera pública para a expressão dos interesses conflituosos que estão hoje em disputa, a fim de que não idealizemos uma formação de homens prometaicos e acabemos produzindo, nas salas de aulas das universidades, uma legião clonada de Gregor Samsa, um personagem de Kafka.

César Nunes, doutor em Educação, é professor da Faculdade de Educação da Unicamp.

A atual política educacional, respaldada na nova LDB aprovada sob medida para servi-la, busca operar um deslocamento no padrão do ensino superior no Brasil. Se a reforma universitária empreendida através da Lei 5.540/68 consagrou o padrão universitário como regra do ensino superior admitindo a forma não-universitária apenas como exceção, agora se procura inverter essa relação transformando a forma universitária em exceção.

A tendência a abrir mão do padrão universidade como regra da organização do ensino superior tem origem na distinção entre "universidades de pesquisa" e "universidades de ensino" introduzida em 1986 pelo GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) criado pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel. Essa distinção vem, desde aí, frequentando documentos sobre o ensino superior mas, na atual gestão, foi assumida como idéia força da política a ser implementada relativamente ao ensino superior.

Já com o chamado "provão", decorrente da Lei 9.131 de 24/11/95, essa idéia vem à tona de modo especial nos debates públicos travados por ocasião da divulgação dos primeiros resultados em março de 1997.

Ora, a Lei 9.131, ao instituir o "provão" regulamentou, por antecipação, o inciso VI do artigo nono da nova LDB que estabelece como função da União "assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior...".

O peso que o "provão" acabou tendo na avaliação da educação de nível superior expressa, de certo modo, a idéia de que seria possível cursos de excelente nível à margem de qualquer preocupação com a pesquisa.

É essa orientação que será consagrada no Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997.

Esse Decreto introduz, na classificação acadêmica das instituições de ensino superior, a distinção entre "universidades" e "centros universitários". Em verdade, os centros universitários são um eufemismo das uni-

versidades de ensino, isto é, uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa, enquanto alternativa buscada pelo atual governo para viabilizar a expansão, e, por conseqüência, a "democratização" da universidade a baixo custo, em contraposição a um pequeno número de centros de excelência, isto é, as "universidades de pesquisa" que concentrariam o grosso dos investimentos públicos, acentuando o seu caráter elitista.

Eis porque o parágrafo primeiro do artigo 12 estende a esses centros universitários, uma vez credenciados, a autonomia didática prevendo, ainda, no parágrafo segundo, a possibilidade de que os mesmos venham a usufruir de outras atribuições da autonomia universitária. Quer dizer, são instituições com as prerrogativas da universidade; logo, universidade, mas sem pesquisa. Essa norma encontra respaldo no parágrafo 2º do art. 54 da LDB: "Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público". Atente-se para a disjuntiva ou que abre a possibilidade da prerrogativa da autonomia universitária a instituições que desenvolvam só ensino ou só pesquisa.

Ao que parece, a expressão "centros universitários" foi a fórmula encontrada para burlar o artigo 207 da Constituição Federal que afirma que as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, para além da questão formal da inconstitucionalidade da fórmula adotada, o que cabe questionar é em que medida seria possível dar-se um ensino de excelência em nível universitário no âmbito de uma instituição que não se dedique, ao mesmo tempo, à produção dos conhecimentos a serem transmitidos, isto é, que não desenvolva pesquisa na área de ensino à qual se dedica.

Essa orientação é também assumida explicitamente na proposta do MEC para o Pla-

no Nacional de Educação quando propõe, na meta 9, a "diversificação do modelo IES, com vistas a ampliar a oferta do ensino". É por esse caminho que se pretende disseminar os "centros universitários" enquanto escolas superiores que se dediquem apenas ao ensino sem pesquisa institucionalizada e os cursos pós-secundários, isto é, "formação de nível superior de menor duração".

Para evitar o deslocamento pretendido cumpre reverter a tendência traduzida na dualidade entre "universidades de pesquisa" e "universidades de ensino". Em verdade,

**"AO QUE PARECE, A EXPRESSÃO 'CENTROS UNIVERSITÁRIOS' FOI A FÓRMULA ENCONTRADA PARA BURLAR O ARTIGO 207 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE AFIRMA QUE AS UNIVERSIDADES OBEDECERÃO AO PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO."**

as exigências previstas no art. 52 da LDB para a constituição de universidades são tão módicas e com um prazo tão dilatado (8 anos!) que é de se pensar se é o caso de manter alguma instituição de nível superior que não preencha esses requisitos. Com efeito, parece que qualquer escola de nível superior minimamente séria não terá grandes dificuldades de manter contrato de tempo integral para um terço do corpo docente. Algo semelhante pode ser dito do requisito de um terço do corpo docente com curso de pós-graduação stricto sensu.

Não parece, pois, sensato abrir mão da pesquisa na organização dos cursos de nível superior. Efetivamente, faz importante diferença formar profissionais num ambiente de produção de conhecimento onde os alunos têm contato com laboratórios, com grupos de pesquisa, com criadores de cultura e formá-los à margem dessa possibilidade. Portanto, em relação à educação superior o eixo do Plano Nacional de Educação a ser aprovado pelo Congresso, deve girar em torno da forma universitária que implica a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, conforme princípio fixado no artigo 207 da Constituição Federal. Esta deve ser a regra a partir da qual poderão ser consideradas as eventuais exceções.

Dermeval Saviani é professor titular do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp.

# A AVALIAÇÃO DA CAPES

**E**m 1998 a Capes mudou os métodos e os alvos de sua avaliação. As novas técnicas de análise não foram discutidas com a comunidade científica, o que não é novidade no Brasil. Falamos de uma agência presa aos ditames do MEC e dos gabinetes econômicos. Com os cortes realizados em 1997, reduzindo-se milhões de reais nos orçamentos da Capes e do CNPq, foi dado o sinal para medidas severas, naturalmente em prejuízo dos recursos em pesquisa e no ensino. Infelizmente, na época, existiu quem afirmasse, fazendo da necessidade virtude, ser favorável à qualidade o menor montante de verbas. Deixemos estes somáticos da alma no limbo. Falemos de problemas enfrentados por pessoas dignas de respeito.

Se as agências acima não possuem, a exemplo da Fapesp, autonomia financeira razoável, seu destino é curvar-se aos ditames dos que vigiam o caixa mas que, por sua vez, obedecem sem pestanejar as receitas econômicas do FMI, mesmo que estas se revelem nefastas aos interesses nacionais, ou genocidas. Sem uma política brasileira de ciência e técnica, a qual por sua vez flui de opções ligadas à soberania do país (algo ridicularizado por boa parte dos intelectos, nos campi ou na mídia, que defendem sem rubor na face os alvos imperiais norte-americanos ou europeus) nunca teremos uma pós-graduação à

altura de competir com centros cosmopolitas de excelência, o que é exigido pela Capes para conceder a um programa o sete, a nota máxima. Sendo qualquer pós-graduação, por exigência de sua própria natureza, algo sistêmico, os poucos programas que hoje se regozijam com o grau mais elevado logo perceberão o engodo em que caíram. Não há como persistir num patamar eminente sem o apoio de toda a estrutura interna ao país. Quanto à externa, o programa isolado que imagina ser recebido de braços abertos por ela, cedo percebe que bem acolhidos são apenas certos projetos e indivíduos, raramente grupos. Os outros, bem, os outros são os menos excelentes! Além disso, salta à vista que uma boa pós-graduação exige o concurso simultâneo de vários programas. Assim, para ser isoladamente o máximo, um deles enfrenta a opção: ou se desvincula em absoluto do país onde foi gerado, integrando-se *in totum* ao sistema de pós-graduação do exterior, ou deve fazer uma volta atrás, lutando para que os demais sejam incentivados e assumidos, inclusive financeiramente.

Semelhantes “detalhes” escaparam de muitos representantes dos programas, e do conselho técnico superior da Capes. Este, por sua vez, neste ano (outra novidade espantosa) dá a última palavra sobre os conceitos emitidos pelos consultores, podendo homologá-los, ou não, como aconteceu com vários programas. No caso da Filosofia, por exemplo, os consultores deram seis notas seis, tendo o conselho técnico homologado apenas três delas (Unicamp, USP, UFMG). O Comitê foi obrigado, para evitar algo mais desagradável, como uma intempestiva avaliação

estrangeira, a rebaixar três programas para o conceito cinco (PUC-RJ, UFRJ, UFRGS). Só como lembrança, a UFRGS e UFRJ são as únicas do Brasil, na área, que receberam um Pronex. As conseqüências deste ponto já se fazem sentir, em detrimento da união harmoniosa entre os programas. No caso da educação, o desastre foi maior. De modo constrangedor a Unicamp recebeu a humilhação da nota três, o que a coloca próxima do abismo. A produção de nosso programa, entretanto, não é menor nem pior do que a de outros, que tiveram conceitos bem mais elevados. Mais grave: a PUC-SP foi a única a receber nota sete, sem que seja permitido dizer que a excelência de seu trabalho a coloca acima dos demais, e sem que o *metron* da competitividade diante dos similares estrangeiros tenha sido aplicado. A Unicamp entrou com recurso junto à Capes, mas o desrespeito já se efetivou, bem como a injustiça.

Toda avaliação exige, do avaliador, pleno conhecimento e domínio do que está sendo avaliado. Quem faz ciência severa, sabe que o problema da medida é um dos mais espinhosos na prática e na teoria do saber. Não por acaso, há poucos anos atrás, foram publicadas na França as conclusões de um simpósio sobre o problema da medida em vários campos do trabalho acadêmico. Da física à biologia, passando por reflexões filosóficas e pela história da ciência, os colaboradores do volume tentam sugerir a dificuldade presuposta no ato espiritual de medir saberes, objetos, e até medir a própria... medida. (1) Infelizmente não temos realizado, em nosso país, seminários deste calado. Resulta que patinamos, quando se trata de avaliação, em discursos do pior senso po-

pular, com frases inacreditáveis na boca ou na pena de universitários, como as queixas contra o “quantitativo”, e as sublimes invocações ao “qualitativo”. Com estas antífonas, continuamos na vulgarizada dependência de medidas que não medem o que deveriam, e na perene nostalgia de algo impossível de receber qualquer medida, refugiando-se os

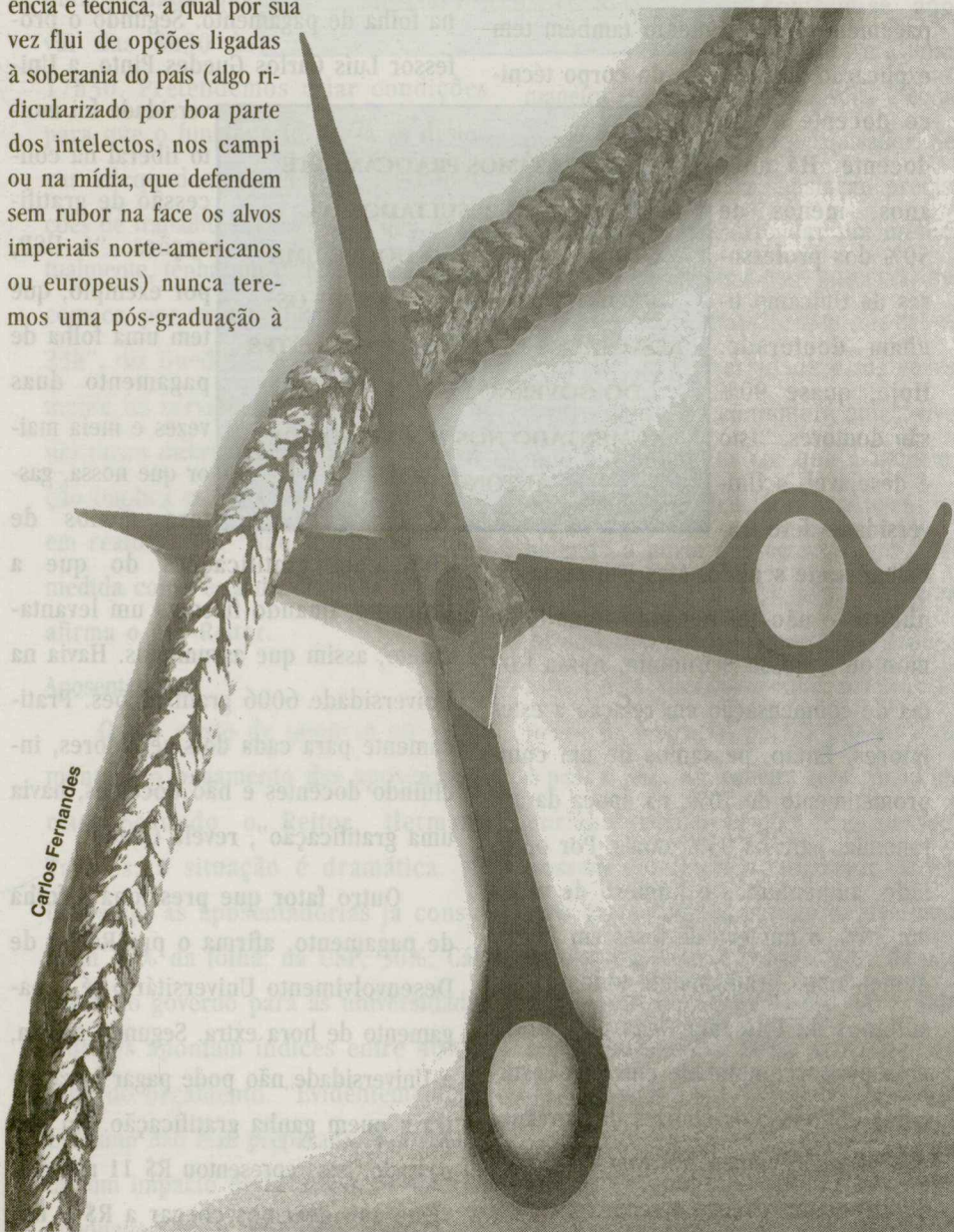
nostálgicos da “qualidade” no indizível. Certos programas julgam um insulto à sua eminência o simples requisito de um relatório. Quanto à passagem por traços quantitativos, eles

a encaram como ataque sacrílego ao templo do seu saber inefável. É hora de abandonar estes extremos, que nenhum de nós assume na pesquisa ou ensino.

Urge elevar o plano de nossas discussões, exigindo ao mesmo tempo que os dirigentes do processo avaliador, na Capes, no CNPq, em todas as agências de auxílio à pesquisa, manifestem maior respeito pela vida universitária. Democracia desprovida de luzes, já pensavam os enciclopedistas do século 18, é engodo. Autocracia baseada no querer dos dirigentes, é retorno à barbárie. Que nestes próximos três anos (outra novidade na avaliação da Capes) tenhamos lucidez para melhorar nossos instrumentos de medida e avaliação. Mas tenhamos também a coragem de lutar contra as imposições verticais, baseadas apenas na força ou nas rígidas normas jurídicas. Quando a ciência não mais é analisada, em seus métodos e fins, de modo imanente, mas de fora, recebendo metas de partidos ou gabinetes poderosos, estamos a um passo do seu fim. A partir daí, surge o charlatismo coletivo dos campi, o mesmo que um dia, na Alemanha, possibilitou que os acadêmicos cometessem as piores atrocidades. Erra quem pensa ser uma avaliação da Capes apenas... uma avaliação da Capes. Na verdade, ela é uma radiografia da alma nacional por inteiro, permitindo antever nosso futuro, em termos espirituais. Pelo último exame daquela agência, o que virá mais adiante é tudo, menos promissor.

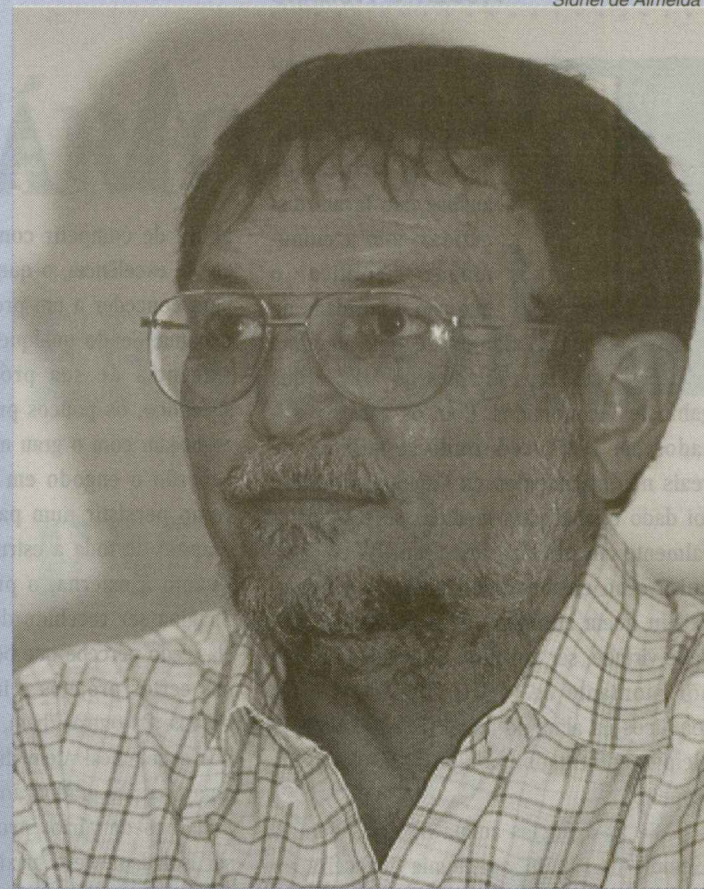
(1) Cf. Beaune, Jean-Claude: *La Mesure, Instruments et Philosophies*. Paris, Editions Champ Vallon, 1994.

Roberto Romano é professor titular do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.



Carlos Fernandes

# REITOR DIZ QUE CRISE ORÇAMENTÁRIA É O MAIOR PROBLEMA DA UNICAMP



Segundo Hermans, 47% do orçamento vão para a saúde e aposentadorias

MARCOS CRIPA

Segundo análise do reitor da Unicamp, Hermans de Medeiros Ferreira Tavares, a crise orçamentária é, atualmente, o maior problema da Unicamp. Esta opinião é compartilhada pelo pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário, Luís Carlos Guedes Pinto, que procura explicar os motivos da crise. Com 95% dos recursos comprometidos com a folha de pagamento, a Universidade já está tendo de enfrentar a realidade da diminuição das verbas repassadas pelo Estado, em função da queda na arrecadação do ICMS. E mais, esta situação tende a se agravar, em 99, devido à recessão provocada pelas novas medidas econômicas implantadas pelo governo federal. Estas afirmações foram feitas em recente entrevista aos

diretores da Adunicamp, José Roberto Zan e Adolpho Hengeltraub.

Para o reitor, o agravamento da si-

tução orçamentária pode ser creditado a várias causas, muitas delas externas à missão universitária de transmitir e produzir conhecimento, como os gastos do orçamento com atendimento na área da saúde e a manutenção dos aposentados na folha de pagamento. "Pouco mais de 30% da receita é comprometido com a área da saúde; outros 17% cobrem as despesas com os aposentados. Somados, estes itens representam quase metade do nosso orçamento", explica Hermans Tavares.

Ainda segundo o reitor, esse dado "importantíssimo" não é levado em consideração pela imprensa quando compara nossos gastos com alunos das uni-

versidades européias. "Isto está errado, é preciso colocar os pinos nos 'is'. A universidade européia não faz assistência social como nós fazemos aqui e, quando o professor se aposenta, sai da folha de pagamento. Isto teria que ser descontado dos cálculos",

afirma o reitor.

O crescimento da fatia da folha de pagamento no orçamento também tem explicação na melhoria do corpo técnico docente e não docente. Há nove anos, menos de 50% dos professores da Unicamp tinham doutorado. Hoje, quase 90% são doutores. "Isto é desejável, a Universidade deve tra-

balhar neste sentido. Mas isto custa dinheiro, e não foi pensado quando se montou a nossa economia, numa forma de compensação em relação a estes fatores. Então, passamos de um comprometimento de 70%, na época da autonomia, para os 95% atuais. Por outro lado, aumentamos o número de vagas em 30%, o número de teses em 130%. Aumentamos praticamente todos os resultados da Unicamp, mas não houve uma proporcionalidade entre os resultados obtidos e os aportes do governo, que não têm aumentado nos nove anos de autonomia", reage o reitor.

**"AUMENTAMOS PRATICAMENTE TODOS OS RESULTADOS DA UNICAMP, MAS NÃO HOUE UMA PROPORCIONALIDADE ENTRE OS RESULTADOS OBTIDOS E OS APORTES DO GOVERNO, QUE NÃO TEM AUMENTADO NOS NOVE ANOS DE AUTONOMIA."**

Mas há também que se reconhecer o impacto de gratificações e promoções na folha de pagamento. Segundo o professor Luís Carlos Guedes Pinto, a Uni-

versidade foi muito liberal na concessão de gratificações. "A USP, por exemplo, que tem uma folha de pagamento duas vezes e meia maior que nossa, gastava menos de 10% com gratificações do que a Unicamp, quando fizemos um levantamento, assim que assumimos. Havia na Universidade 6006 gratificações. Praticamente para cada dois servidores, incluindo docentes e não docentes, havia uma gratificação", revela Guedes.

Outro fator que pressiona a folha de pagamento, afirma o pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário, é o pagamento de hora extra. Segundo norma, a Universidade não pode pagar hora extra a quem ganha gratificação. No ano passado, isto representou R\$ 11 milhões. "Este ano devemos chegar a R\$ 9 mi-

lhões, porque fizemos uma redução drástica - 44% - nas horas extras, a partir de julho, praticamente sem impacto na vida da instituição”, informa.

Esta questão sugere outra ligada à expansão dos cursos noturnos. Qual o impacto do funcionamento de laboratórios, bibliotecas e secretarias? Segundo Luís Carlos Guedes, ele não é muito significativo em relação aos benefícios que proporciona à sociedade. Dos recursos que a Universidade vinha gastando com hora extra, até junho, apenas 5% eram destinados aos cursos noturnos. “Nós esperamos no futuro, com base em estudos que estão sendo realizados pela Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH),

implantar diferentes jornadas na Unicamp. Atualmente, praticamente todos os servidores têm uma jornada que vai das 8h30 às

17h30. Pretendemos criar condições para que o funcionário possa se deslocar adequadamente. Enfim, ter condições de trabalho satisfatórias e que, eventualmente, tenha um turno diferente, que comece, por exemplo, às 15h e vá até às 23h”, diz Guedes. Segundo ele, seguramente há servidores com interesse em um turno diferenciado, mas esta alteração implica estudos mais aprofundados, em realocações. “Não se implanta uma medida como esta do dia para a noite”, afirma o pró-Reitor.

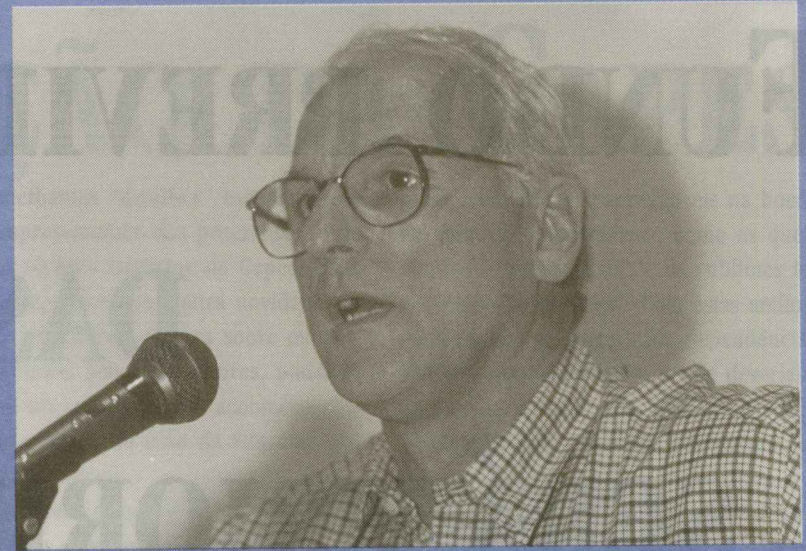
#### Aposentadorias

Outro custo de impacto no orçamento é o pagamento das aposentadorias. Segundo o Reitor, Hermano Tavares, a situação é dramática. Na Unicamp, as aposentadorias já consomem 17% da folha; na USP, 30%. Cálculos do governo para as universidades federais apontam índices entre 40% e 50% do orçamento. “Evidentemente, a Unicamp não está preparada para suportar um impacto desta ordem. A solução adequada para o problema, embora não

seja uma solução indolor, é a criação de um fundo de aposentadoria”, diz o Reitor. Para ele, a solução não é indolor porque atualmente recolhe-se 14% do salário, 6% ao Ipesp e 2% ao Iamspe, mais 6% que a Universidade paga ao Ipesp, totalizando 14%. Para a manutenção de um fundo de aposentadoria saudável, seria necessário um recolhimento maior do que esses 14%. E mais, diz Hermano Tavares, essa medida não resolve problemas já existentes; são problemas para serem resolvidos no longo prazo, em 20 anos. “Entretanto, tem que ser adotada medida neste sentido para que a Universidade continue saudável”, sugere o Reitor.

**“A UNIVERSIDADE DEVE CRIAR ESTÍMULOS PARA QUE PROFESSORES E SERVIDORES QUE JÁ ADQUIRIRAM O DIREITO À APOSENTADORIA SE SINTAM ATRAÍDOS A CONTINUAR SUA MISSÃO UNIVERSITÁRIA.”**

Por outro lado, a Universidade não pode prescindir de seus aposentados. Atualmente, mais de 200 docentes encontram-se aposentados e a única maneira estatutária para sua volta é como professor convidado ou pesquisador. Segundo o reitor, esta legislação precisa mudar. “É necessário dar um melhor aproveitamento para este potencial humano de boa qualidade que nós temos em volta da Universidade e, às vezes, dentro dela. “Na conjuntura atual, vivemos um momento em que a reforma do sistema previdenciário brasileiro está batendo à porta das pessoas que estão na faixa dos 50 anos de idade, em geral de uma maneira um pouco assustadora. Isso força aposentadorias precoces e perda de potencial para a Universidade e para o país, de maneira geral. Acho importante assegurar que estas pessoas possam continuar a colaborar. Existe uma disponibilidade cívica de continuar a colaborar com a Universidade, de uma maneira menos limitada do que a atual legislação permite. Deixo claro que esta é uma opinião pessoal e acho que a Universidade precisa rediscuti-la. Acredito que a Universidade deve criar estímulos para que professores e servidores que



Sidnei de Almeida

**Guedes: “A Universidade foi muito liberal na concessão de gratificações”**

já adquiriram o direito à aposentadoria se sintam atraídos a continuar sua missão universitária”, opina o reitor.

#### Saúde

A área de saúde também é outro fator de pressão sobre o orçamento. Nos últimos dez anos, a destinação de recursos orçamentários da Universidade para esse setor passou de 20% para 29,5%. Embora haja repasse, as verbas do SUS não cobrem as despesas. Segundo Hermano Tavares, está caracterizado um serviço de assistência social da Unicamp, que foge da sua missão universitária. “A gente presta assistência social, porque na saúde, mais do que na educação, temos o exemplo vivo de uma área da qual o governo exime da sua responsabilidade, pelo menos aqui, no Estado de São Paulo, essa res-

**“EM 1997, REALIZAMOS 23 MIL INTERNAÇÕES, MAIS DE 500 MIL CONSULTAS, MAIS DE 20 MIL CIRURGIAS, 2,8 MILHÕES DE EXAMES LABORATORIAIS. NÃO IMAGINO COMO O ESTADO FARIA ESSE ATENDIMENTO SE A UNICAMP TIRASSE A SUA RESPONSABILIDADE.”**

ponsabilidade da assistência médica à população de baixa renda foi parar nas universidades de Ribeirão Preto, de Botucatu, de São Paulo e de Campinas. O serviço de saúde prestado pela Unicamp cobre uma área que concentra 6 milhões de habitantes e o volume de atendimento que nós temos é extremamente expressivo. Em 1997, realiza-

mos 23 mil internações, mais de 500 mil consultas, mais de 20 mil cirurgias, 2,8 milhões de exames laboratoriais. Não imagino como o Estado faria esse atendimento se a Unicamp não assumisse a sua responsabilidade”, diz o reitor.

E mesmo com este aspecto social, a Unicamp perdeu seu status de entidade filantrópica, não dispondo mais da isenção de pagamento da contribuição patronal ao INSS dos funcionários contratados pelo regime da CLT (5.151 no total). “Pagar 22% sobre R\$ 7,5 milhões da folha de pagamento destes funcionários representam R\$ 1,6 milhão mensais, depois de descontada a contribuição para o FGTS. Este valor corresponde a 5,5% da dotação orçamentária recebida mensalmente que, somada aos 95% que já

estão comprometidos com a folha de pagamento, passaria de 100%. Esse pode até não ser o problema mais importante da Unicamp, mas é o problema mais urgente daqui pra frente”, enfatiza Hermano Ferreira Tavares.

Marcos Cripa, assessor de imprensa da Adusp, especial para o Jornal Adunicamp.

# FUNDO PREVIDENCIÁRIO

## DAS UNIVERSIDADES

### SERÁ PRIORIDADE EM 99

MARCOS CRIPA

Valdevino Jr. / Telefoto

**C**entenas de temas serão debatidos setorialmente nas universidades públicas do Estado de São Paulo em 99. Porém, a discussão sobre a criação de um fundo previdenciário talvez específico para os trabalhadores destas instituições deverá despertar o interesse da maioria esmagadora dos docentes e funcionários.

Colocado sob o tapete durante anos, o problema gerado pela "conta dos aposentados" nos orçamentos das universidades começa a emergir, a ponto de entrar na pauta da reunião do Cuesp com o Fórum das Seis, em 27 de novembro último. Uma nova rodada de negociações está agendada para fevereiro do próximo ano. E a preocupação se justifica: a Unicamp gasta 17% do seu orçamento com aposentadorias, a USP, aproximadamente, 30% e a Unesp 28%. A continuar desta maneira, dizem alguns especialistas, num curto prazo a situação estará insustentável a ponto de inviabilizar a atuação específica da universidade que é ensino, pesquisa e extensão.

Como ficará a situação destas universidades diante das novas regras da Previdência é uma verdadeira incógnita. De um lado, as "amarras" impostas pela autonomia que colocou nos orçamentos da Unicamp, USP e Unesp a conta dos aposentados; de outro, a indefinição



Da esquerda para a direita, Luiz Alberto dos Santos, Maurício Coutinho, Adolpho Hengeltraub e Paulo Sérgio Cavezzale

quanto à possibilidade de as universidades criarem seus fundos próprios de aposentadorias. A Adunicamp tem estado atenta ao debate desta questão e às alterações nas regras da Previdência. Durante a gestão passada, foi lançado o caderno

**"O ESTADO DE SÃO PAULO TEM HOJE 636 MIL SERVIDORES. EM CONTRAPARTIDA, REGISTRA UM NÚMERO DE 271.800 APOSENTADOS E PAGA 175.300 PENSÕES. 'SE LEVARMOS EM CONSIDERAÇÃO ESSES NÚMEROS - 393.200 BENEFÍCIOS - MAIS O ENVELHECIMENTO NATURAL DA MASSA DE SERVIDORES, EM MENOS DE UMA DÉCADA TUDO QUE VIER A SER ARRECADADO VAI SER DESTINADO A PAGAR ESSE PESSOAL.'"**

"A Adunicamp diante das Reformas Constitucionais" e no início das ativida-

des da atual diretoria foi realizado o debate "Previdência em Tempo de Reforma", na sede da entidade, que reuniu três especialistas no assunto: o advogado Paulo Sérgio Campos Cavezzale, especialista em previdência privada e integrante do consórcio que elaborou estudos para o governo do Estado, o professor Maurí-

cio Coutinho, um dos representantes do Cuesp junto ao governo estadual para debater a questão do fundo de pensão, e Luiz Alberto dos Santos, advogado e assessor da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal.

Realizado no final do semestre passado, o encontro antecipou o debate que viria a ser travado em torno das emendas da Reforma da Previdência nos meses de novembro e dezembro, e das medidas que viriam a ser adotadas pelo governo federal para esta área. Luiz Alberto dos Santos falou das alterações que o sistema previdenciário sofreria com a aprovação da reforma, Maurício



Coutinho defendeu a implantação de fundos próprios das universidades e Paulo Sérgio Campos Cavezzale criticou a Reforma da Previdência - por ela ter sido tímida - e defendeu a implantação de um sistema de previdência por capitalização para os servidores públicos do Estado.

#### Histórico

No segundo semestre de 1997, o governo do Estado, através da Secretaria da Administração, contratou a empresa espanhola Vera Cruz, vencedora de uma licitação internacional, para estudar a viabilidade de implantação de planos de previdência por capitalização (veja box). A expectativa do governo era a de reunir dados para a implantação do novo sistema para os servidores públicos do Estado, os membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, das Autarquias, das Fundações e das Universidades.

A Secretaria da Administração investiu R\$ 2,5 milhões nos estudos que foram concluídos recentemente pela Vera Cruz. No início dos trabalhos, pensava-se em fundos por categoria: professores, membros do legislativo etc. O modelo indicado pela empresa espanhola, no entanto, leva em consideração a totalidade dos funcionários ligados ao Estado. Foram feitos os cálculos

atuariais e indicadas as alterações legislativas necessárias à implantação do novo sistema.

Logo após a conclusão deste trabalho, e antes mesmo que ele fosse apresentado de forma oficial, o governo federal baixou a Medida Provisória

(MP) 1.723, de 29 de outubro passado, que dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta MP já foi aprovada pela Câmara e pode entrar em conflito com as medidas que o governo de São Paulo

tencionava implantar. O texto aprovado estabelece detalhadamente as regras para a implantação de fundos e chega a estabelecer o limite de 12% da receita líquida para a aplicação de receitas com pessoal inativo e pensionistas. Além disso, fala da "cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano

de benefício, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro". Está aí, portanto, uma das incógnitas: qual será o número mínimo necessário de adesões para a implantação de um fundo específico das universidades estaduais paulistas? Ninguém consegue responder, no momento. Nem mesmo representantes do governo do Estado.

#### Debate

Segundo afirmou o advogado Sérgio Campos Cavezzale no debate promovido pela Adunicamp, se não houver significativa alteração no sistema previdenciário em São Paulo, dentro de oito anos o Estado não terá dinheiro para pagar os benefícios a seus servidores. "Não quero ser alarmista, mas esta

é uma conclusão baseada em detalhados estudos atuariais", disse Sérgio Campos. O Estado de São Paulo, de acordo com dados fornecidos durante o debate, tem hoje 636 mil servidores. Em contrapartida, registra um número de 271.800 aposentados e paga 175.300 pensões. "Se levarmos em consideração esses números - 393.200 benefícios - mais o envelhecimento natural da massa de servidores, em menos de uma década tudo que vier a ser arrecadado vai ser destinado a pagar esse pessoal", afirma Sérgio.

Ainda de acordo com o advogado integrante do consórcio liderado pela Vera Cruz, os estudos entregues ao governo de São Paulo indicam que, para capitalizar inicialmente um fundo geral do governo, será necessária a destinação de um "significativo" número de imóveis e a aplicação de uma parcela do resultado das privatizações. Aqui mais uma incógnita: qual o valor global a ser in-

vestido pelo Estado? Afinal, para a criação de um fundo deste porte, é necessário realmente um investimento maciço. Sérgio Campos, afirmou, ainda, não acreditar na possibilidade de implantação de fundos por categoria, uma vez que o estatuto de regime de aposentadoria complementar para o servidor é "privativo da União, Estados e Municípios". A universidade, então, não teria legitimidade para instituir regime próprio.

Apesar desta interpretação, o professor Maurício Coutinho informou que foi solicitado que o governo do Estado, através da Secretaria da Administração, providenciasse uma tabulação do modelo formulado pelo consórcio para os servidores da Universidade. Desta forma, disse Maurício, poderemos ter como ponto de partida para discussão uma simulação aplicada à nossa situação atuarial, tendo em vista as características de rendimento, de vida, e demográfica dos servidores universitários.

O professor Maurício Coutinho foi enfático ao manifestar seu receio em relação ao tempo de tramitação do projeto estadual. "Acreditamos que esse projeto vai tramitar, se tramitar, de um modo mais vagaroso do que a universidade precisa. As universidades são, a rigor, a única entidade do Estado que arca com as aposentadorias; todo o resto é de responsabilidade direta do Estado", disse. Ainda segundo ele, "a premência imediata para a definição de um regime de benefícios é nossa, uma vez que o pagamento dos benefícios vêm onerando os orçamentos das universidades".

**"AS UNIVERSIDADES SÃO, A RIGOR, A ÚNICA ENTIDADE DO ESTADO QUE ARCA COM AS APOSENTADORIAS; TODO O RESTO É DE RESPONSABILIDADE DIRETA DO ESTADO."**

vestido pelo Estado? Afinal, para a criação de um fundo deste porte, é necessário realmente um investimento maciço. Sérgio Cam-

## Consórcio Vera Cruz

Para a realização de estudos atuariais e legislativos visando a implantação de um novo sistema de previdência para os servidores públicos do Estado, a Secretaria da Administração de São Paulo realizou concorrência internacional. A vencedora foi a empresa espanhola Vera Cruz, associada a outras seis instituições: Cavezzale Advogados Associados, Banco do Nordeste, BMG, Probus Suporte Empresarial, Atual Consultoria Atuarial e Fumdesc. O contrato firmado para a realização deste trabalho foi de R\$ 2,5 milhões.

A dotação inicial para a criação de um fundo específico das universidades é outra das preocupações do professor Maurício. Para ele, além de mudança na legislação, existe a necessidade de recursos para iniciar tanto o fundo geral como os específicos, por categoria; o que absolutamente não foi definido até o momento. "O Estado não define com clareza os recursos que propiciarão a criação desse fundo", afirma.

Marcos Cripa, assessor de imprensa da Adusp, especial para o Jornal Adunicamp.

# As MENTIRAS DO PRESIDENTE, AS DROGAS E A REPRESSÃO

MARIO A. GNERI

O presidente FHC manifestou-se contra a discriminação do uso da maconha e demais drogas, afirmando que o desemprego e o uso das drogas são os maiores problemas do mundo moderno, no Programa Livre do SBT, comentado na Folha de S. Paulo de 21/03/98.

MENTIRA, MENTIRA, MENTIRA. Considerado como problema do Brasil, e no mundo inteiro, o alcoolismo e suas seqüelas constituem um problema muito maior que o gerado pelas demais drogas. No mundo inteiro, o alcoolismo é a primeira causa de acidentes de trabalho, crimes violentos e acidentes automobilísticos, respondendo por muito mais de 50% (muitas vezes mais de 80%) de todos os casos nos três itens mencionados. Entretanto, o consumo de álcool é legal e sempre existe alguma bebida alcoólica bem barata, ao alcance de todo mundo (pinga no Brasil, aguardente na Colômbia, vinho no Chile e na Argentina).

Colocar aqui meu ponto de vista sobre a priorização, que eu acho política, do combate ao uso das drogas. Os pontos importantes são:

1) O tráfico de drogas é um rentabilíssimo negócio, portanto grandes capitais são aplicados neste "ramo de atividade econômica" e assim o narcotráfico controla não apenas as economias como os governos de muitos países;

2) Em muitos países, o narcotráfico não controla diretamente os governos, mas estes têm atitude tolerante. Tanto nestes países como nos controlados diretamente pelo narcotráfico costuma-se desencadear uma cruel perseguição aos viciados como cortina de fumaça;

3) O sistema capitalista necessita de repressão para controlar suas fortes crises: criado o novo demônio do narcotráfico, com a falta de comunistas, e este se constitui uma excelente desculpa para desencadear a repressão sobre tudo aquilo que incomoda (especialmente a juventude, desempregada e sem perspectiva de futuro).

## Capitalismo e narcotráfico

Os narcotráficos são mercadorias e sua produção, distribuição e consumo são regidos pelas leis capitalistas de distribuição. As drogas participam do fluxo geral de mercadorias numa economia mundial regida pelas leis do liberalismo econômico, só que com uma característica que a distingue: a alta instabilidade dos preços, provocada em grande parte pelo caráter ilegal da atividade.

O narcotráfico sempre existiu, mas nos últimos anos tem adquirido maior importância. Um dos problemas do capitalismo é a queda da taxa de lucro. Houve um longo período de crescimento das economias dos países centrais entre 1980 e 90, simultâneo com recessão na periferia (América Latina, África e Ásia), queda salarial e perda de direitos para os trabalhadores do mundo inteiro, queda na produtividade e pouco

investimento (pelo menos nos EUA e na Inglaterra). Nos EUA, houve altos déficits orçamentário e comercial e enormes gastos com defesa. Na procura das melhores taxas de lucro, os capitais deslocaram-se para as atividades econômicas informais, o contrabando, a especulação financeira, a prostituição (com grande aumento da infantil) e o narcotráfico.

Repetem-se, com algumas modificações, os cenários da história de duas guerras do ópio desencadeadas pela Inglaterra contra a China (1842 e 1856), a produção de morfina, heroína e cocaína pelos laboratórios alemães no fim do século XIX e início do XX que desenvolveu as máfias do álcool nos EUA na década de 20 (nos tempos da "lei seca").

O comércio de narcóticos tem altíssimas taxas de lucro. Na Revista Econômica Colombiana, de fevereiro-março de 90, afirma-se: "A rentabilidade (utilidade / custos + gastos) é de cerca de 3000%. Os custos de produção representam 0,5% e os de transporte (Colômbia - EUA) e gastos de distribuição, incluindo subornos, 3%, em relação ao preço final de venda". Portanto, trata-se de uma atraente atividade econômica; é por isso que a burguesia, seja emergente ou tradicional, luta tenazmente pelo controle desta atividade.

## A dupla infalível: negócio + repressão

As guerras do ópio entre Inglaterra e China, acima citadas, constituem um excelente exemplo de como funciona o sistema: Inglaterra produzia ópio na Índia e o introduzia na China, obtendo suculentos lucros; por outro lado com a desculpa do "combate ao narcotráfico" intervinha na política da

China quando e como bem entendia. Da mesma forma ocorreu a introdução da cocaína entre os trabalhadores negros do sul dos EUA. Um ex-viciado e militante do movimento negro americano dos anos 50 e 60, Eldridge Cleaver, em um livro intitulado "Soul on ice", relata de que forma a CIA e o FBI introduziram as drogas nos bairros negros das grandes cidades americanas, para controlar a disciplina nestes bairros socialmente explosivos, para quebrar a resistência da juventude negra insatisfeita e também para prender a quem considerassem "perigoso" ou "chato" (do ponto de vista da CIA e do FBI).

Também é bastante conhecida a introdução massiva de cocaína e heroína no exército americano em combate no Vietnã e também no exército russo no Afeganistão (nestes casos para "ajudar" o soldado a viver em condições insuportáveis).

## Diga-me com quem anda ...

O Brasil assinou, durante o governo FHC, tratados "antidrogas" com pelo menos três países: Colômbia, EUA e Argentina. Analisaremos cada caso por separado, para ver a "seriedade" destes tratados.

Colômbia: todo mundo sabe que a

**"...TRATA-SE DE UMA ATRAENTE ATIVIDADE ECONÔMICA; É POR ISSO QUE A BURGUESIA, SEJA EMERGENTE OU TRADICIONAL, LUTA TENAZMENTE PELO CONTROLE DESTA ATIVIDADE."**

campanha eleitoral do ex-presidente Samper da Colômbia, assinante do tratado com o Brasil, foi bancada pelo narcotráfico, de

modo que o caso dispensa maiores comentários;

EUA: a economia norte-americana vende parte importante dos componentes químicos; no sistema bancário do estado da Flórida circula mais dinheiro em espécie que em todos os demais estados juntos. Obviamente que eles dirigem a ofensiva mundial contra os viciados. Daniel Murphy disse, quando era chefe de pessoal de Bush, na época vice-presidente dos EUA: "A próxima guerra longa dos EUA será contra o narcotráfico" (La Nación, Buenos Aires, 21/03/91). Sob o comando dos EUA, a "XVII Conferência de Exércitos Americanos" e a "XVII Conferência de Inteligência dos Exércitos Americanos", realizadas em Mar del Plata, Argentina, em novembro de 1987, já colocavam o narcotráfico como o principal problema.

Como se vê, o presidente sociólogo e social democrata FHC, no Programa Livre de alguns meses atrás, mostrou-se totalmente

afinado com este coro.

Argentina: a ex-chefe do gabinete do presidente Menem, Amira Yoma (que na época era sua cunhada) é apontada como traficante. A Espanha solicitou a extradição de Amira, mais a juíza Servini de Cubria, "da turma", negou a extradição. Amira renunciou ao seu cargo por motivos pessoais na véspera de um fim de semana prolongado. É muito esclarecedor o jornal Página 12, na sua edição de 17 de fevereiro de 1996: Faz-se um histórico da Secretaria da Droga, criada pelo governo Menem em 1989 ou 90. A secretaria foi criada algum tempo depois que o vice de Menem, Eduardo Duhalde, teve cancelada sua visita a Drugs Enforcement Administration (DEA) sem muitas explicações (na Argentina, comenta-se diz que Duhalde controla o narcotráfico na Província de Buenos Aires (isto não foi provado formalmente, mas a DEA cancelou a visita de Duhalde). O primeiro secretário foi um bioquímico, o segundo foi um tal Green, acusado de sequestro de dois militantes peronistas por problemas em uma disputa interna partidária ocorrido em 93 e que veio a público em fevereiro de 96 (por isso sua saída do cargo). O terceiro, que assumia nesse momento (fev/96) era um tal Aráoz, homem de confiança de Menem, chamado por alguns grupos de esquerda de "el mueblero", pois durante a ditadura militar teria se ocupado da venda de móveis de desaparecidos. Fora isto, este era o plano de Aráoz: "um mano a mano com os viciados". A campanha contra as drogas antes de Aráoz chamava-se "Sol sin drogas". Aráoz disse profeticamente: "Yo extenderia la campaña Sol sin Drogas a Luna sin drogas, porque durante la noche tambien hay que cuidar a nuestros jóvenes". Enquanto o secretário Aráoz planejava seu corpo a corpo com os viciados, na mesma edição do jornal consta a seguinte notícia:

**"A SAÍDA: DESCRIMINAÇÃO DO USO DAS DROGAS, DESESTÍMULO DO SEU USO ATRAVÉS DE CAMPANHAS ESCLARECEDORAS E DESMONTE DO APARELHO REPRESSOR."**

Menem sigue sosteniendo que no se preguntará el origen de los capitales que quieren ingresar a la Argentina, y Aráoz no piensa ir contra los razonamientos presidenciales". A bom entendedor....

### Um pouco de história recente do Brasil

Quero recordar aos leitores alguns fatos relacionados com o impeachment de Collor. Todos devem lembrar as famosas "contas fantasmas", com as quais Collor, através de PC Farias, movimentava dinhei-

ro nas suas operações sujas. Pois bem, será que o "terrível" PC Farias inventou as contas fantasmas ou simplesmente utilizou um serviço oferecido por vários bancos? A resposta é óbvia, os bancos inventaram as contas fantasmas. Que banco perdeu sua carta patente por causa das contas fantasmas? Nenhum. As contas fantasmas não seriam um meio ótimo para manipular dinheiro proveniente da lavagem de narcotráfico ou quaisquer outras atividades ilícitas? Por que o governo Itamar, e depois FHC, nada fizeram nesse sentido? Pena que o coitado do PC Farias, que muito poderia falar a respeito destes truques, tenha morrido de crime passional!!!!

A saída: discriminação do uso das drogas, desestímulo do seu uso através de campanhas esclarecedoras e desmonte do aparelho repressor.

Não sou muito original ao propor esta saída. Marx dizia que a China devia legalizar o comércio do ópio, tolerando o cultivo no seu território. Desta forma devolveria o problema para a Inglaterra. Um artigo de "The Economist", reproduzido na revista colombiana Summa n° 28 (out-nov de 89) diz: "The Economist está a favor de substituir a proibição por restrições mais efetivas contra a disseminação das drogas. Em resumo, queremos que se legalize, se controle e se desestime energicamente o uso de todas elas". Tenho lido em várias fontes que Milton Friedman pensa que o maior problema causado pelas drogas deve-se ao fato de que elas são ilegais. Esta saída não implica em solução, ou seja, apenas levaria o problema das drogas ao ponto em que se encontra hoje o alcoolismo, que continua a ser um problema não resolvido totalmente pela espécie humana. Mas os alcoólatras que tem vontade e/ou possibilidades de tentar a cura, contam com instituições que os amparam e sua problemática é compreendida por vastos setores da sociedade, pois eles não são ilegais. É muito melhor que na época da "lei seca".

### As intenções do Presidente

A atitude de FHC frente ao problema das drogas é coerente com sua política de alianças, em nível nacional e internacional. O aliado de ACM é Maluf, o aliado dos EUA em nível internacional só poderia responder às necessidades do sistema que representa. Ele sabe que neste contexto não ha-

QUESTÃO AGRÁRIA *Presidente afirma estar preocupado*

# FHC vê relação entre sem-terra e maconha

Do enviado especial à Praia do Forte

Na acusação mais forte de uma autotidade contra o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que esse movimento está "cooperando" com produtores de maconha no Nordeste.

"No momento em que o MST passa a fazer saques, passa a cooperar nas zonas de maconha, aí complica, se descaracteriza (como movimento social)", disse FHC na Praia do Forte (BA).

Há duas semanas, FHC já havia relacionado o MST com a atividade ilegal do cultivo da maconha.

Mas dessa vez FHC foi mais objetivo. Depois de sua declaração, repórteres pediram ao presidente para explicar melhor a ligação entre o MST e a maconha. FHC não

apresentou dados concretos que comprovassem sua acusação. Chegou a dizer que desconhece o grau de "envolvimento" no caso.

"Eu não sei qual o envolvimento, mas eu acho perigoso que seja nessa área (de plantio da maconha) porque eu vi como a Colômbia começou", afirmou. FHC referia-se ao suposto envolvimento de grupos guerrilheiros colombianos com traficantes de cocaína.

"Eu tenho medo porque naquela área (sertão de Pernambuco) tem muita bandidagem." Em seguida, tentou negar o que havia dito antes. "Eu não estou dizendo que tenha não (ligação entre MST e plantadores de maconha). Isso me preocupa, mas eu não tenho nenhuma informação." (EN)

→ LEIA MAIS sobre a entrevista de FHC na pág. 3 do Caderno Eleições 98

**"É invenção", afirma MST**

da Reportagem Local

A integrante da direção nacional do MST na Bahia, Lúcia Barbosa, disse ontem que "em vez de inventar histórias, FHC deveria resolver o problema da fome e da reforma agrária". Ela afirma que o movimento não parou para avaliar se a maioria dos saques ocorreu na área da maconha. "Se aconteceu, foi por causa da fome e não porque era região de tráfico de maconha".

verá soluções aos graves problemas do país (fome, saúde, educação, moradia, reforma agrária) e se prepara para reprimir os movimentos de massas, presentes e futuros. Como a história já mostrou muitas vezes, o narcotráfico é uma ótima desculpa para reprimir movimentos de qualquer índole. Que fácil seria reprimir o movimento de Chiapas no México se fosse possível forjar qualquer grau de relação com o narcotráfico! Que fácil seria aplicar o mesmo tratamento ao MST no Brasil!

O presidente sociólogo e social-democrata prepara a repressão para os anos vindouros e vai colocando, possivelmente, as bases para o terrorismo de estado do século XXI. Não devemos permitir.

### Uma experiência pessoal

Eu fui um viciado legal. Desde os 20 até os 32 anos fumava no mínimo 4 maços de cigarros por dia. "Particulares Fuertes sin Filtro", à venda em qualquer lugar de Buenos Aires por umas poucas moedas. Dava aula e na frente dos meus alunos consumia um cigarro atrás do outro. Um dia decidi parar. Estava em condições excepcionais para esta tentativa: morava no Brasil, onde não existi-

am os Particulares. Os únicos mais ou menos parecidos que eu conhecia eram importados: os Gitanes ou os Gauloises franceses, mas eram muito caros para mim. Desde modo encontrei-me fumando 4 maços por dia do cigarro mais barato da praça (tanto dava, se eu não gostava mesmo). Decidi, então, parar de fumar. Nos primeiros dias foi uma loucura, mas já são mais de 20 anos e o vício não voltou. Não tenho vontade de pegar um cigarro, mas ainda tenho medo e penso que se pegasse o primeiro seria difícil parar. Mas, de fato, parei e acho que para sempre. A pergunta que me vem na cabeça é: "será que eu teria conseguido parar de fumar se o cigarro fosse ilegal?". Não sei, se, além de enfrentar o processo de desintoxicação eu tivesse que dar um tchau ao traficante-provedor e talvez já tivesse vendido o relógio, a TV, o carro e hipotecado minha casa para pagar o vício, certamente que a coisa seria bem mais difícil. Fora a autoestima, já que o consumidor de drogas ilegais tem a pecha da ilegalidade, da marginalidade.

Mário Gneri é professor do Instituto de Matemática da Unicamp.

# OS FASCISMOS SOCIAIS

O contrato social é a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. Como qualquer outro, assenta-se em critérios de inclusão - que, portanto, são também de exclusão. Ele visa criar um paradigma sociopolítico que produz de maneira normal, constante e consistente quatro bens públicos: legitimidade da governação, bem-estar econômico e social, segurança e identidade coletiva.

A prossecução desses bens públicos desdobrou-se numa vasta constelação de lutas sociais, desde logo lutas de classes. As lutas pela prossecução do bem comum foram sempre lutas por definições alternativas do bem comum.

Esse paradigma atravessa, há mais de uma década, grande turbulência. A crise da contratualização moderna consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os de inclusão, sob duas formas: o pós-contratualismo e o pré-contratualismo.

No primeiro, grupos e interesses até agora incluídos no contrato social (como trabalhadores com contrato por tempo indeterminado) são dele excluídos sem perspectiva de regresso. Os direitos de cidadania, antes considerados inalienáveis, são confiscados - e, sem estes, os excluídos passam da condição de cidadãos à de servos. O pré-contratualismo consiste no bloqueio do acesso à cidadania para grupos sociais (por exemplo, jovens em busca do primeiro emprego) que anteriormente tinham a expectativa fundada de a ela aceder. As exclusões produzidas são radicais e inelutáveis, a tal ponto que os que as sofrem, apesar de formalmente cidadãos, são de fato excluídos da sociedade civil e lançados em Estado de natureza.

Na sociedade do fim do século, o Estado de natureza é desestabilização total das expectativas das classes populares, ansiedade permanente da grande maioria em relação a presente e futuro, caos permanente nos atos mais simples de sobrevivência ou convivência.

A ampliação de "Estados de natureza", dos quais não se tem a opção individual ou coletiva de sair, configura uma crise de tipo paradigmática, epocal. É, pois, situação de muitos riscos. Julgo que todos se podem resumir num só: a emergência do fascismo social.

Não se trata do regresso ao fascismo dos anos 30 e 40. Ao contrário deste, não é

um regime político, mas social e civilizacional. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove-a até não ser necessário nem conveniente sacrificá-la para promover o capitalismo. Trata-se de um fascismo pluralista, forma que nunca existiu.

São três as formas fundamentais da sociabilidade fascista. A primeira é o fascismo do apartheid social. Trata-se da segregação social dos excluídos, por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e civilizadas.

As selvagens são as zonas do Estado de natureza hobbesiano. As civilizadas são as zonas do contrato social; vivem sob a constante ameaça das selvagens. Para se defender, tornam-se castelos *n e o f e u d a i s*, enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana. Nas zonas civilizadas, o Estado age democraticamente, como protetor, ainda que muitas vezes ineficaz ou não confiável. Nas selvagens, age fascistamente, como Estado predador, sem nenhuma veleidade de observância, mesmo aparente, do Direito.

A Segunda forma é o fascismo paraestatal: a usurpação de prerrogativas estatais (de coerção e de regulação social) por atores sociais muito poderosos, que, escapando a todo controle democrático, neutralizam ou suplementam o controle social produzido pelo Estado. Ele tem duas vertentes principais: o fascismo contratual e o territorial.

O contratual ocorre nas situações em que a diferença de poder entre as partes no contrato de direito civil é tal que a mais fra-

ca, vulnerabilizada por não ter alternativas, aceita as condições impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosas e despóticas que sejam.

O projeto neoliberal de tornar o contrato de trabalho um contrato de direito civil como qualquer outro configura situação de fascismo contratual. Este ocorre frequentemente em situações de privatização dos serviços públicos, na qual se tornam extracontratuais aspectos decisivos da produção dos serviços. Na medida em que o

redução mínima de riscos e da insegurança. No domínio desse fascismo, o "Lebensraum" dos novos "führers" é a intimidade das pessoas, sua ansiedade quanto ao presente e ao futuro.

Os riscos que corremos em face da erosão do contrato social são demasiado sérios para que cruzemos os braços. Há que buscar alternativas de sociabilidade que os neutralizem ou previnam, abrindo caminho a novas possibilidades democráticas. Não é tarefa fácil. A desregulação provocada pela cri-

João Zinclair



Soldado do Exército vigia caminhão com alimentos para evitar saque da população faminta do Nordeste

extracontratual é submetido a controle democrático, o Estado democrático torna-se conivente com o fascismo paraestatal.

O fascismo territorial existe sempre que atores sociais com forte capital patrimonial retiram do Estado o controle do território onde atuam ou o neutralizam, cooptando ou violentando instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes sem a participação destes e contra seus interesses. São territórios coloniais privados em Estados quase sempre pós-coloniais.

A terceira forma é o fascismo da insegurança: a manipulação discricionária da insegurança de pessoas e grupos sociais vulnerabilizados por precariedade do trabalho, doenças ou outros problemas, produzindo-lhes elevada ansiedade quanto ao presente e ao futuro, de modo a baixar o horizonte de expectativas e criar a disponibilidade para suportar grandes encargos, com

se do contrato social é tão profunda que desregula a própria resistência aos fatores de crise e as exigências emancipatórias que lhe dariam sentido. Para começar, há que dar nova radicalidade à luta pela democracia, partindo da idéia de que o fascismo, longe de ser mera ameaça, está entre nós e convive tanto melhor com a democracia de baixa intensidade em que vivemos quanto menor é a redistribuição de riqueza que ela permite.

**“OS RISCOS QUE CORREMOS EM FACE DA EROÇÃO DO CONTRATO SOCIAL SÃO DEMASIADO SÉRIOS PARA QUE CRUZEMOS OS BRAÇOS.”**

Boaventura de Sousa Santos, 57, sociólogo, é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). Esta artigo foi publicado na Folha de S. Paulo de 6 de setembro de 1998, e teve sua publicação no Jornal da Adunicamp autorizada pelo próprio autor.